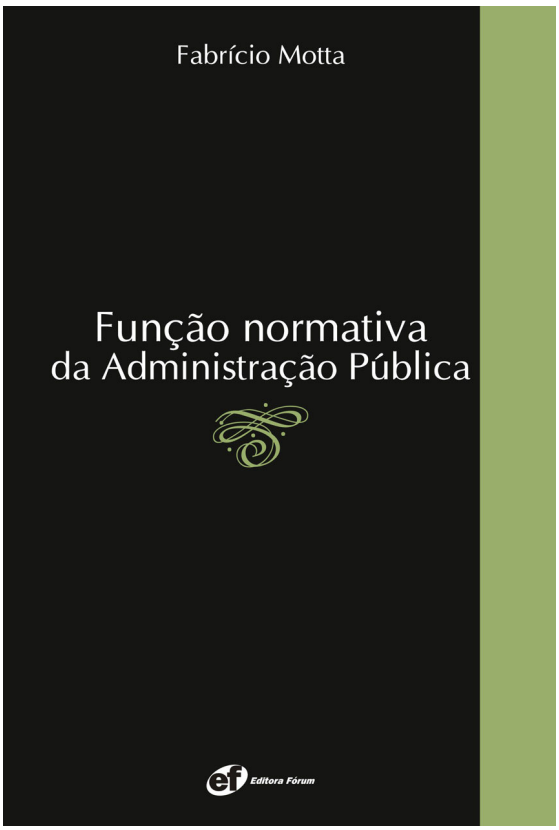

Fabrício Motta

Função normativa da Administração Pública

274 páginas
ISBN 978-85-7700-081-4
Formato: 14,5 x 21,5 cm

http://www.editoraforum.com.br/loja

A função normativa da Administração Pública Brasileira constitui tema que vem propiciando os mais calorosos debates não só na doutrina, mas também na jurisprudência de nosso País. Resultado de um intenso trabalho de pesquisa bibliográfica, aliada à emissão de opiniões timbradas pelo ineditismo, a obra de Fabrício Motta faz transparecer suas virtudes pessoais, alicerçadas em sólida formação jurídica, educação e seriedade.

Para mais além dos ensinamentos que procura espargir, o trabalho rende ensejo à consciência de que seu autor, jovem expressão da cultura jurídica goianense, foi eficiente e responsável nas reflexões que produziu.

Estabelecendo uma apreciável correlação entre a função legislativa e a função normativa, não abdicando de uma imprescindível apreciação entre as primordiais funções do Estado, do Governo e da Administração Pública, a obra, amparada em sólida bibliografia, permite que o autor transite, sem hesitações, por assuntos de inobjetável complexidade, tais como o regulamento autônomo, as relações de sujeição especial e o próprio controle da atividade.

A obra é, pois, digna do mais caloroso aplauso, constituindo lugar comum a afirmação de seu monumental acolhimento pela comunidade destinatária.

Romeu Felipe Bacellar Filho
Professor de Direito Administrativo da UFPR e da PUC-PR

Fabrício Motta

Procurador do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas dos Municípios de Goiás, é Doutor em Direito do Estado (USP) e Mestre em Direito Administrativo (UFMG). Atualmente, é Presidente do Instituto de Direito Administrativo de Goiás (IDAG) e membro da Diretoria do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo (IBDA). É co-autor das obras *Direito Público moderno* (Editora Del Rey) e *Direito da integração* (Editora Quartier Latin). Pela Editora Fórum, participou, como co-autor, das obras *Reforma da Previdência*: *análise e crítica da Emenda Constitucional nº 41/03* e *Pregão comum e eletrônico*; e coordenou o livro *Concurso Público e Constituição*.

Sumário

Prefácio
Odete Medauar

Introdução

Capítulo 1
O Estado liberal: ambiente propício para o surgimento do princípio da legalidade
1.1 A separação de poderes como reação ao Estado absoluto
1.2 A submissão da Administração ao império da lei – o sentido original do princípio da legalidade
1.3 A concepção clássica da lei

Capítulo 2
O Estado na atualidade: um Estado Constitucional
2.1 Separação de poderes – participação do Executivo na atividade do Legislativo
2.2 A alteração das posições: o protagonismo do Executivo no Estado intervencionista
2.3 O reconhecimento de novos centros de produção normativa
2.4 O sentido atual da separação dos poderes
2.5 A Constituição no centro do ordenamento jurídico e sua inegável força normativa
2.5.1 Normatividade dos princípios
2.6 A importância dos direitos fundamentais no Estado Constitucional
2.6.1 Direito fundamental à organização e ao procedimento
2.7 A constitucionalização do Direito Administrativo
2.8 A "crise da lei" e as mutações na sujeição da Administração ao seu império

Capítulo 3
O ordenamento brasileiro e a função normativa da Administração Pública brasileira
3.1 Reflexos da normatividade dos princípios no Direito Administrativo: os "mandados de otimização"
3.2 Princípios constitucionais ligados à função normativa da Administração
3.2.1 O princípio constitucional da isonomia
3.2.2 Princípio constitucional da segurança jurídica
3.2.3 O princípio constitucional da publicidade administrativa
3.2.4 O princípio da legalidade no ordenamento brasileiro
3.2.4.1 A lei e sua originariedade
3.2.4.2 Acepções do princípio da legalidade
3.2.4.2.1 A preferência da lei
3.2.4.2.2 Reserva legal
3.2.4.3 O princípio da legalidade da Administração Pública e o sentido da sua vinculação à lei
3.3 Competências normativas na Constituição da República
3.3.1 Função legislativa e função normativa
3.3.2 O ordenamento jurídico nacional e sua construção escalonada
3.3.3 Atos normativos e sua caracterização
3.3.4 Competências normativas explicitamente previstas na Constituição
3.3.4.1 Competências normativas do Poder Executivo: o regulamento no direito brasileiro e sua compreensão "hipertrofiada"
3.3.4.1.1 Esboço de classificação das competências normativas do Poder Executivo
3.3.4.1.2 A função regulamentar: origens, fundamentos e justificativa
3.3.4.1.3 O regulamento no direito brasileiro: compreensão hipertrofiada
3.3.4.1.4 O regulamento na Constituição da República
3.3.4.2 Decreto autônomo
3.3.4.3 Competências normativas primárias, atribuídas a outros poderes, órgãos ou entidades não inseridos na estrutura do Executivo
3.3.4.3.1 A autonomia administrativa como garantia
3.3.4.3.2 Função normativa exercida por órgãos despidos de autonomia – a situação do Conselho Nacional de Justiça

3.3.4.3.3 Atos normativos derivados de segundo grau
3.4 Competências normativas explicitamente atribuídas pela lei
3.5 Competências normativas implícitas
3.5.1 Conceitos jurídicos indeterminados
3.5.2 Precisão do conteúdo dos princípios
3.5.3 O procedimento e a organização
3.5.3.1 O procedimento administrativo
3.5.3.2 A organização da atividade administrativa
3.6 As "relações de sujeição especial"
3.7 Discricionariedade e função normativa da Administração
3.7.1 A evolução do tratamento doutrinário da discricionariedade administrativa
3.7.2 Reflexos na função normativa da Administração

Capítulo 4
Controle do exercício da função normativa
4.1 Controle parlamentar
4.2 Controle judicial
4.3 Controle administrativo
4.4 Controle social e participação popular

Conclusão

Referências